



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

# **E SE A PROVA FOSSSE HOJE?**

**6º SIMULADO DELEGADO DA PCPR**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso Delegado da PCPR.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

### PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PCPR-Delegado-26-07>

Cartão de Respostas						
1	21	41	61	81		
2	22	42	62	82		
3	23	43	63	83		
4	24	44	64	84		
5	25	45	65	85		
6	26	46	66	86		
7	27	47	67	87		
8	28	48	68	88		
9	29	49	69	89		
10	30	50	70	90		
11	31	51	71	91		
12	32	52	72	92		
13	33	53	73	93		
14	34	54	74	94		
15	35	55	75	95		
16	36	56	76	96		
17	37	57	77	97		
18	38	58	78	98		
19	39	59	79	99		
20	40	60	80	100		

**PROVA OBJETIVA****DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thállius Moraes

**01.** Segundo entendimento adotado pela doutrina majoritária do Direito Administrativo, assinale a opção correta

- a) No Brasil, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração pública.
- b) O Estado é formado pela união de três elementos originários e indissociáveis, que são: povo, território e governo soberano.
- c) São fontes diretas do Direito Administrativo as leis, a doutrina, os costumes e a jurisprudência.
- d) A divisão de Poderes no Estado, de acordo com a clássica teoria de Montesquieu, é adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, com divisão absoluta de funções.
- e) A administração pública em sentido objetivo não alcança a função desempenhada pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

**02.** Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde ao aplicado no sistema jurídico nacional

- a) Toda sociedade em que o Estado possua participação acionária majoritária integra a administração indireta.
- b) As ações judiciais cíveis em que figure como parte uma sociedade de economia mista cuja sócia majoritária seja a União são de competência da Justiça Federal.
- c) É possível que o poder público crie uma empresa pública pluripessoal.
- d) Não é possível a celebração de contrato de gestão com entes da Administração Indireta.
- e) A instituição de uma fundação pública de direito público é feita por meio de autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

**03.** Considerando as regras aplicáveis às empresas públicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) O capital social utilizado para a criação de uma empresa pública é integralmente público, não sendo admissível capital privado na sua formação.
- b) Mesmo possuindo personalidade jurídica de direito privado, as empresas públicas estão submetidas ao dever geral de licitar.
- c) Uma empresa pública estadual não se encontra submetida ao teto remuneratório, salvo se receber recursos de algum ente federado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- d) A criação de uma subsidiária de uma empresa pública somente pode ser feita se houver autorização legislativa.
- e) As empresas públicas adquirem personalidade jurídica a partir da vigência da lei que autoriza a sua criação.

**04.** Considere os seguintes itens

I - A descentralização consiste na repartição de competências exclusivamente entre órgãos da administração pública.

II - A distribuição de competências a órgãos subalternos despersonalizados, como uma secretaria, por exemplo, é modalidade de desconcentração de poder.

III - A descentralização por colaboração ocorre, por exemplo, quando a administração pública, por meio de ato administrativo, transfere a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mas conserva a titularidade do serviço.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

**05.** Considerando as regras constitucionais e aos entendimentos predominantes da doutrina e da jurisprudência acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada, em qualquer hipótese, a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social.
- b) Somente servidores efetivos podem ser designados para o preenchimento de uma função de confiança.
- c) A greve no serviço público representa uma norma constitucional de eficácia contida.
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- e) É inadmissível que o edital de um concurso estabelece restrições quanto ao sexo dos candidatos.

**06.** Considerando a possibilidade de um servidor público da administração estadual, titular de um cargo efetivo, exercer um mandato eletivo, julgue V (verdadeiro) ou F (falso) quando às regras aplicáveis.

- ( ) tratando-se de mandato eletivo federal ficará, obrigatoriamente, afastado de seu cargo.
  - ( ) tratando-se de mandato eletivo estadual, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.
  - ( ) tratando-se de mandato eletivo municipal, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.
- a) V - V - V.
  - b) V - F - V.
  - c) V - F - F.
  - d) F - F - V.
  - e) F - F - F.

**07.** Ato administrativo discricionário, de competência exclusiva de uma autoridade estadual, que venha a ser praticado por autoridade diversa, é considerado

- a) insanável, independentemente da finalidade do ato.
- b) anulável, se houver vício de forma.
- c) nulo, sendo passível de revogação.
- d) sanável, se não houver vício quanto a sua finalidade.
- e) sanável, independentemente da finalidade do ato.

**08.** O ato administrativo negocial mediante o qual a administração pública faculta, de maneira unilateral e vinculada, a um particular o exercício de determinada atividade para a qual preencha os requisitos legais corresponde à

- a) licença.
- b) homologação.
- c) permissão.
- d) autorização.
- e) aprovação.

**09.** Considerando as disposições doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A administração pública poderá, de ofício ou mediante requerimento, revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais.
- b) A concessão de aposentadoria é um ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa com o registro do ato no tribunal de contas.
- c) São considerados atos administrativos somente os atos produzidos pelos poderes do Estado.
- d) Um comando emitido oralmente por agente público, no exercício de função administrativa e manifestando sua vontade, não pode ser considerado um ato administrativo.
- e) O ato administrativo será anulado caso o administrado deixe de atender a uma condição necessária para permanência do ato.

**10.** Assinale a opção que trata corretamente do poder de polícia administrativa.

- a) A punição de uma empresa particular que recebeu a delegação de um serviço público, mas que o esteja prestando de maneira deficiente, decorre do poder de polícia de polícia.
- b) Com base no poder de polícia administrativa, o Estado realiza a investigação de crimes e também prática atos para a instrução processual penal.
- c) O poder de polícia somente é exercido pelos órgãos de segurança pública.
- d) Embora possa ser aplicado repressivamente, o poder de polícia é dotado de uma natureza eminentemente preventiva.
- e) Dado o atributo da coercibilidade, as decisões adotadas pelo administrador público com base no poder de polícia podem ser executadas diretamente, sem necessidade, como regra, de intervenção judicial.

**11.** Considerando os poderes administrativos, analise os seguintes itens como V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa corresponde.

- ( ) Ocorre abuso de poder, na modalidade desvio de poder, quando um agente público pratica um ato que não é de sua competência, com o intuito de prejudicar um desafeto.
  - ( ) Ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados o administrador público age no exercício do poder hierárquico.
  - ( ) A punição de servidor público que tenha praticado uma infração administrativa é fundamentada nos poderes disciplinar e de polícia da Administração Pública.
- a) V - V - V.
  - b) V - V - F.
  - c) V - F - F.
  - d) F - F - V.
  - e) F - V - F.

**12.** Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta.

- a) A responsabilidade do Estado, prevista na Constituição Federal de 1988, é enquadrada como objetiva.
- b) A culpa recíproca ou concorrente da vítima é causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.
- c) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, desde que ele tenha agido de forma dolosa ou culposa.
- d) O Estado é objetivamente responsável por dano causado a particular em decorrência de um buraco existente em uma rodovia que se encontra sob responsabilidade pública.
- e) Nem todos os entes integrantes da Administração Pública responderão de forma objetiva pelos danos decorrentes de condutas comissivas de seus agentes.

**13.** José, delegatário de um cartório, no exercício das funções cartorárias, causou dano a um particular. Nesse caso, a responsabilidade civil será

- a) de José, que responderá subjetivamente pelos danos causados a esse particular.
- b) de José, que responderá objetivamente pelos danos causados a esse particular.
- c) de José, sendo que o Estado poderá ser responsabilizado de forma subsidiária.
- d) do Estado, que responderá de forma objetiva e direta, sendo que José responderá somente mediante ação de regresso, independente de agido com dolo ou culpa.
- e) do Estado, que responderá de forma objetiva e direta, sendo que José responderá somente mediante ação de regresso, caso tenha agido com dolo ou culpa.



**14.** Julgue os próximos itens acerca dos serviços públicos.

I - A Encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

II - A transferência de concessão ou de controle societário da concessionária sem a prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

III - A concessão e a permissão de serviços públicos devem ser feitas obrigatoriamente mediante licitação, na modalidade concorrência, requisito indispensável para a delegação de serviços públicos nesses casos.

Está correto apenas o disposto em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

**15.** Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.
- b) Lei complementar pode estabelecer hipóteses de controle legislativo sobre a atuação do Poder Executivo.
- c) O controle externo da administração pública é hierarquicamente superior ao controle interno.
- d) A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos, anulando-os, quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
- e) A supervisão ministerial exercida sobre os entes da Administração Indireta é exemplo de controle administrativo hierárquico.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Adriana Fauth**

**16.** Referente aos direitos individuais e coletivos, marque a alternativa incorreta.

- a) A garantia do exercício de qualquer profissão não é irrestrita, já que algumas delas devem atender aos requisitos previstos em lei.
- b) Por se tratar de situação de caráter excepcional, o STF entende que poderá haver juízo ou tribunal de exceção na hipótese de guerra declarada.
- c) É de competência do tribunal do júri julgar os crimes dolosos contra a vida e os conexos a eles, mesmo que não se encaixem na definição de crime doloso contra a vida e desde que cometidos em um único contexto fático.
- d) A fim de resguardar a segurança daqueles que compõem o júri, a Constituição determina que as votações ocorrerão de forma sigilosa.
- e) Não haverá prisão civil para o depositário infiel, independentemente da modalidade de depósito.

**17.** A respeito do poder constituinte derivado, é correto afirmar que:

- a) A Constituição de 1988 consagrou limitação temporal para o exercício do poder constituinte derivado reformador.
- b) Não possui o condão de alterar as cláusulas pétreas, pois encontra limitações somente materiais.
- c) Segundo prevê a Constituição Federal, excepcionalmente, por meio de emenda constitucional, é possível abolir o voto secreto.
- d) O poder constituinte derivado reformador fica impedido de ser exercido na vigência de estado de sítio.
- e) Os direitos e garantias individuais, consagrados taxativamente no artigo 5º da CF, funcionam como limites materiais ao poder constituinte derivado reformador.

**18.** A respeito da atividade de Juiz de paz, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A justiça de paz não integra o Poder Judiciário, tratando-se de atividade com caráter exclusivamente administrativo.
- b) Os juízes de paz serão escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) A remuneração dos juízes de paz deve ser feita na forma de participação nas custas devidas pelos usuários do serviço.
- d) Os juízes de paz, por tratar-se de cidadãos eleitos para mandato de quatro anos, devem preencher todos os requisitos gerais de elegibilidade, inclusive a filiação partidária.
- e) Aos juízes de paz aplicam-se todas as vedações (proibições) aplicáveis aos membros do Poder Judiciário.

**19.** A respeito dos direitos políticos decorrentes do nosso modelo democrático, analise os seguintes itens:

I. Direitos políticos são direitos públicos subjetivos fundamentais conferidos a determinados indivíduos para a participação nos negócios políticos do Estado. Diversamente dos direitos individuais (direitos de defesa) e dos direitos sociais (direitos a prestações), os direitos políticos são 'direitos de participação' (status activae civitatis) decorrentes do princípio democrático.

II. O sufrágio restrito, ou qualificativo, censitário é aquele que exige que o indivíduo apresente alguma característica de natureza intelectual, como ser alfabetizado, para o exercício do direito de votar.

III. Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, sendo que nas questões de relevância nacional devem ser autorizadas ou convocadas pelo Congresso Nacional.

IV. Sufrágio e voto são sinônimos.

Está (ão) correta(s):

- a) somente I, II e IV.

- b) somente III.
- c) somente I e IV.
- d) somente III e IV.
- e) somente I e III.

**20.** Acerca do direito de nacionalidade, assinale o item correto.

- a) Indivíduo estrangeiro, proveniente de Angola, que desejar adquirir a nacionalidade brasileira, deverá, além de não possuir condenação penal, permanecer com domicílio fixo e ininterrupto no país por tempo superior a 15 (quinze) anos.
- b) Para que indivíduo nascido no estrangeiro, filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, possa adquirir sua naturalização, basta que seja registrado em repartição brasileira competente.
- c) Ao indivíduo detentor de nacionalidade originária brasileira que, simultaneamente, possua nacionalidade estrangeira é vedada sua extradição, mesmo que haja comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) João, brasileiro naturalizado, residente em país estrangeiro, é obrigado por esse país a adquirir a nacionalidade correspondente como condição para exercer direitos civis em geral. Nessa situação, João perderá sua nacionalidade brasileira automaticamente.
- e) Ministro de Estado da Defesa e das Relações Exteriores são cargos privativos de brasileiro nato.

**21.** Referente à organização político-administrativa do Estado e às competências, assinale o item incorreto.

- a) É competência exclusiva da União legislar sobre direito penal.
- b) À União, aos Estados e ao Distrito Federal compete, concorrentemente, legislar sobre previdência social.
- c) Os estados poderão legislar acerca de direito financeiro e sobre orçamento.
- d) É competência privativa da União legislar sobre registros públicos e propaganda comercial.
- e) Os estados poderão legislar a respeito dos direitos e deveres da respectiva polícia civil.

**22.** No que tange à organização político-administrativa do Estado, assinale o item correto.

- a) Com o fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, os Estados poderão, por meio de lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.
- b) Os Estados poderão explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, e, por meio de medida provisória, regulamentar o funcionamento.
- c) Aos Estados, são reservadas somente as competências expressamente previstas na Constituição Federal.
- d) No exercício de competência concorrente a edição pela União de normas gerais não impede o exercício da competência suplementar dos Estados.
- e) Havendo superveniência de lei federal que trate de normas gerais a lei estadual terá sua existência, validade e eficácia suspensa, no que lhe for contrária.

**23.** Referente ao processo legislativo, assinale o item incorreto.

- a) As medidas provisórias terão início na Câmara dos Deputados.
- b) A Constituição Federal veda a edição de medida provisória que verse sobre Direito Penal, já que tal matéria está atrelada à reserva legal.
- c) A iniciativa popular de leis editadas pela União deve ser apresentada à Câmara dos Deputados e exige a subscrição de, no mínimo, 1% (um por cento) do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, 5 (cinco) estados brasileiros, com não menos de 0,3% (três décimos por cento) dos eleitores de cada um deles. Esses mesmos requisitos são aplicáveis a iniciativa popular no âmbito dos estados e dos municípios.
- d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional. Tal dispositivo retrata uma exceção ao princípio da irrepetibilidade.
- e) Matérias reservadas à lei complementar não serão objetos de delegação.

**24.** No que tange ao Poder Executivo e às responsabilidades do Presidente da República, assinale o item correto.

- a) O Presidente da República somente será preso definitivamente após a sentença condenatória, porém, poderá ser preso em flagrante no caso de crime inafiançável.
- b) O julgamento dos crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República será conduzido pelo Supremo Tribunal federal, situação em que ficará suspenso das suas atividades.
- c) Tanto o Presidente da República quanto os Ministros de Estado gozam de imunidade formal que os assegura somente serem processados e julgados após a acusação ser admitida por dois terços da Câmara dos Deputados. A referida imunidade formal tem por finalidade tutelar o regular exercício dos cargos de Presidente da República e de Ministro de Estado, razão pela qual



não é extensível a codenunciados que não se encontram investidos em tais funções.

d) O Presidente da República, na vigência do seu mandato, poderá ser responsabilizado por crimes que não tenham relação com a função presidencial.

e) É cabível mandado de segurança contra decisão da Câmara dos Deputados que nega seguimento a denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República.

**25.** Referente ao Poder Executivo e às atribuições do Presidente da República, assinale o item correto.

a) O Presidente da República poderá decretar o estado de defesa e o estado de sítio, bem como conceder indulto e comutar penas, sendo essa última competência delegável ao Advogado-Geral da União.

b) As competências do Presidente da República restringem-se às previstas no artigo 84 da Constituição.

c) As competências de chefe de Estado e de chefe de governo não se confundem, pois tratam de funções distintas. Como chefe de Estado, o Presidente da República poderá, por exemplo, editar medidas provisórias com força de lei.

d) Por possuir atribuições de natureza estritamente interna ao país, o Presidente da República é desprovido de funções de chefe de Estado, ficando este a cargo do Congresso Nacional.

e) Como chefe de governo, o Presidente da República poderá manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

**26.** No que diz respeito às forças armadas, assinale o item correto.

a) Por meio de lei ordinária serão estabelecidas as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

b) A CF autorizou os profissionais de saúde das Forças Armadas a acumulação da atividade militar com o de cargo, emprego ou função pública da

área da saúde, desde que haja prevalência da atividade militar e compatibilidade de horários.

c) A isenção de serviço militar concedido às mulheres e aos eclesiásticos, em tempos de paz, impede a imposição de outros encargos.

d) O militar das forças armadas poderá candidatar-se de forma avulsa.

e) É cabível habeas corpus para discutir os motivos de eventual punição militar de natureza disciplinar.

**27.** Acerca do estado de defesa e do estado de sítio, é INCORRETO afirmar que:

a) Dentre outros requisitos, o decreto que instituir o estado de defesa conterá o tempo de sua duração e especificará as áreas a serem abrangidas.

b) Depois de instaurado o estado de defesa, ele terá duração máxima de trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, no caso de persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

c) Logo que decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que o apreciará no prazo de dez dias, contados do recebimento.

d) Em caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, o Presidente da República poderá decretar o estado de sítio, que deverá ser referendado pelo Congresso Nacional.

e) Decretado o estado de sítio por motivo de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, poderá o Estado obrigar as pessoas a permanecerem em localidade determinados.

**28.** Referente aos direitos políticos e partidos políticos, assinale o item incorreto.

a) Maria, prefeita de Pirenópolis, é casada com João, governador de Goiás. Nas eleições em que ambos forem candidatos à reeleição, Maria não estará inelegível.

b) Para que alguém possa exercer a função de juiz de paz, a Constituição exige, no mínimo, 21 (vinte e um) anos de idade, dentre outros requisitos.

c) Caio, de 17 (dezessete) anos, é alfabetizado, porém, ainda assim, a ele será facultado o alistamento eleitoral e o voto.

d) Os partidos políticos possuem liberdade para organizar sua estrutura interna e funcionamento, podendo receber, inclusive, recursos financeiros de pessoas físicas, desde que no âmbito nacional.

e) Em ano de eleição, Tício, de 21 (vinte e um) anos de idade, encontra-se preso preventivamente por crime de roubo. Nesse caso, ele estará impedido de votar na presente eleição, pois sua condição de preso é causa de suspensão de seus direitos políticos.

**29.** A respeito das Funções essenciais À Justiça, analise os itens a seguir:

I – A nomeação do Procurador-Geral de Justiça é feita pelo Governador do Estado e do Distrito Federal.

II – O princípio da Unidade impede que os membros do Ministério Público assumam posição divergente em sua atuação.

III – O princípio da indivisibilidade estabelece que os membros do MP devem ser considerados como integrantes de uma só instituição, subordinados administrativamente a uma única chefia.

IV – De acordo com o STF não cabe ao MP promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal, uma vez que tal atribuição foi assegurada, com exclusividade, a autoridade policial.

V – A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Marque a alternativa que contém a(s) afirmativa(s) correta(s) com relação aos órgãos citados do enunciado.

a) II, III, IV e V.

b) I, II, III e IV.

c) Apenas a V.

d) Apenas a III.

e) Apenas a II.

**30.** Considerando o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 quanto ao meio ambiente, marque a alternativa CORRETA:

a) A Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira, a Floresta Amazônica brasileira e a Mata Atlântica são patrimônio nacional e portanto, bens da União, de modo que os crimes cometidos nessas áreas serão de competência da Justiça Federal.

b) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica estabelecida em plano de recuperação elaborada pelo poluidor.

c) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

d) É constitucional lei de proteção animal que permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

e) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

## DIREITO PENAL

Ivo Martins

**31.** Com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 quanto ao direito penal, assinale a opção correta.

- a) é admitida a extradição do brasileiro naturalizado que cometa, após a naturalização, crime comum ou crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- b) A reparação do dano produzido pelo crime não pode se estender aos familiares do preso.
- c) são crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo, a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- d) em regra, a lei penal não retroage no tempo; no entanto, quando a nova lei beneficiar o réu, embora transitada em julgado sentença condenatória, poderá este ser beneficiado.
- e) Um dos princípios basilares do direito penal diz respeito à não transcendência da pena, que significa que a pena deve estar expressamente prevista no tipo penal, havendo possibilidade de aplicar pena cominada de uma a outra pessoa.

**32.** A respeito da aplicação da lei penal:

I- As embarcações brasileiras de propriedade privada em alto mar são extensões do território brasileiro.

II- A sentença estrangeira pode ser executada no Brasil para obrigar o condenado a reparar o dano e independe de homologação.

III- Aplica-se a lei brasileira a crimes cometidos a bordo de embarcações brasileiras a serviço do governo brasileiro que se encontrem ancorados em portos estrangeiros.

- a) Somente o item II está incorreto.
- b) Somente o item III está correto.
- c) Somente o item I está incorreto.
- d) Somente o item III está incorreto.
- e) Somente o item II está correto.

**33.** O perdão do ofendido:

- a) é aceitável mesmo depois de sentença condenatória transitada em julgado.
- b) é imprescindível aceitação do querelado para produzir efeito.
- c) somente é cabível se expresse.
- d) não aproveita a todos, se concedido apenas a um dos querelados.
- e) prejudica o direito dos outros, se conferido por um dos ofendidos.

**34.** Em relação aos crimes de ação penal pública de iniciativa privada, é(são) causa(s) de extinção da punibilidade presente(s) apenas:

- a) perdão aceito.
- b) perdão aceito e decadência.
- c) decadência, renúncia ao direito de queixa e perdão aceito.
- d) perdão judicial.
- e) perdão judicial e perdão aceito.

**35.** Mário, na véspera do seu aniversário de dezoito anos, ao sair do trabalho foi atacado por seu desafeto Roberto. Mário, que estava com uma faca camuflada, desferiu 5 facadas contra Roberto, que veio a falecer após 10 dias internado em razão das facadas. Nesse caso, não houve:

- a) tipicidade.
- b) ilicitude.
- c) culpabilidade.
- d) punibilidade.
- e) homicídio doloso.

**36.** Acerca da culpabilidade e da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) São causas excludentes de ilicitude a legítima defesa, o estado de necessidade e a inimputabilidade por doença mental.
- b) O erro inevitável sobre a ilicitude do fato é causa excludente de antijuridicidade.
- c) São causas excludentes de culpabilidade, a obediência hierárquica e a coação moral irresistível.
- d) A conduta motivada pela emoção ou pela paixão interfere na imputabilidade penal.
- e) A embriaguez fortuita completa não exclui a culpabilidade do agente.

**37.** No que se refere aos elementos do crime, é correto afirmar que:

- a) o crime impossível elimina a punibilidade.
- b) o dolo e a culpa integram a tipicidade e a culpabilidade, simultaneamente.
- c) a exigibilidade de conduta diversa é requisito da culpabilidade.
- d) o arrependimento eficaz exclui a ilicitude.
- e) o estrito cumprimento do dever legal afasta a imputabilidade.

**38.** Com relação às causas de exclusão da ilicitude, é correto afirmar:

- a) No caso de legítima defesa ou estado de necessidade de terceiros, é imprescindível a prévia autorização destes para que a conduta do agente não seja ilícita.
- b) Ocorre legítima defesa sucessiva, na hipótese de legítima defesa real contra legítima defesa putativa.
- c) entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu, e não de outrem.
- d) As causas legais de exclusão da ilicitude, previstas na parte geral do Código Penal, são estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito e consentimento do ofendido.

e) atua em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

**39.** Sobre as causas de justificação em direito penal, marque a correta

- a) no estado de necessidade há um conflito entre dois bens jurídicos colocados em perigo, porém, ocorre unicamente por conduta da pessoa humana.
- b) quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, está agindo em estado de necessidade.
- c) ocorre estado de necessidade exclusivamente em situação de calamidade pública.
- d) está em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo iminente ou atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- e) no estado de necessidade o bem jurídico é exposto a perigo, na legítima defesa o direito sofre uma agressão futura.

**40.** Quanto ao crime de peculato:

- a) peculato mediante erro de outrem apresenta a mesma pena do crime de peculato.
- b) incide em dar às verbas ou rendas públicas aplicação distinta da instituída em lei.
- c) é crime contra a administração da justiça.
- d) apesar de ser crime próprio, aceita a participação de particulares.
- e) consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.

**41.** Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro:

- a) sua consumação ocorre quando o agente solicita vantagem como preço do resgate.
- b) se do fato resulta lesão corporal grave ou morte será qualificado.
- c) não admite tentativa.
- d) será qualificado se cometido contra vítima maior de 18 (dezoito) anos.
- e) sua consumação ocorre quando o agente consegue a vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.

**42.** Sobre o crime de furto descrito no Art. 155 do Código Penal:

I - O elemento subjetivo do tipo é o dolo, mas não é imprescindível que a vontade compreenda o elemento normativo "alheia".

II- Tem como sujeito ativo qualquer pessoa, sendo considerado como qualquer pessoa até mesmo o proprietário, desde que o bem esteja na posse de terceiro.

III- Tem por objeto material a coisa alheia móvel, entendendo-se por coisa qualquer substância corpórea, material, ainda que não tangível.

Levando em consideração os itens acima,

- a) Somente o item III está correto.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Somente o item II está incorreto.
- e) Somente o item III está incorreto.

**43.** Quanto aos crimes patrimoniais, analise as assertivas e marque a correta:

- a) Os crimes funcionais estão sujeitos à extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.
- b) O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência da vítima, pratica o crime de roubo impróprio.
- c) No caso de Peculato culposo, ocorrendo a reparação do dano até o recebimento da

denúncia, extingue-se a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

d) O funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, utilizando-se de violência ou grave ameaça, comete o crime de extorsão.

e) O crime de furto (art. 155 do CP) é plurissubjetivo de condutas contrapostas.

**44.** Em relação ao crime de homicídio, assinale a alternativa correta:

a) O infanticídio é modalidade do homicídio qualificado pelo resultado, cuja pena é agravada.

b) a morte de feto atingido por disparo de arma de fogo, quando ainda no ventre da mãe é caracterizada como homicídio.

c) O homicídio piedoso é reconhecido como comportamento praticado por relevante valor moral, caracterizador do homicídio privilegiado.

d) O latrocínio, espécie complexa de homicídio qualificado, não é julgado pelo Tribunal do Júri por envolver questões patrimoniais.

e) O homicídio é qualificado/privilegiado quando cometido por relevante valor moral motivado por vingança.

**45.** Carlos e Pedro, sem saberem da vontade um do outro, concretizam atos executórios para assassinar Esterfeson. Carlos pôs veneno no copo de suco de Esterfeson e, logo após a ingestão do líquido, Pedro disparou contra Esterfeson ainda vivo, que veio a falecer em razão desses disparos. Considerando-se a situação hipotética, é correto afirmar que Carlos e Pedro respondem, respectivamente, por

- a) homicídio simples com emprego de veneno e homicídio simples consumado.
- b) tentativa de homicídio simples e homicídio simples consumado.
- c) homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.
- d) homicídio com emprego de veneno e tentativa de homicídio simples.



e) tentativa de homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Victor Hugo Borges**

**46.** De acordo com a lei 13.245 de 2016, Anderson, advogado de José, impugnou a oitiva de duas testemunhas em fase de inquérito policial, alegando que não recebeu a notificação informando do dia e hora da oitiva das referidas testemunhas em sede policial. Diante da temática apresentada, assinale a seguir a alternativa correta.

a) A inquisitorialidade do procedimento investigatório policial é o que impede que o advogado tenha acesso aos atos já documentados em inquérito policial.

b) O sigilo do inquérito policial impede que o advogado tenha acesso aos atos já documentados em inquérito policial.

c) A Lei nº 13.245/2016 não impôs um dever à autoridade policial de intimar previamente o advogado constituído para os atos de investigação.

d) A Lei nº 13.245/2016 instituiu a obrigatoriedade do inquérito policial ainda que já haja provas devidamente constituídas.

e) A Lei nº 13.245/2016 impôs o dever à autoridade policial de intimar previamente o advogado constituído para os atos de investigação, e homenagem ao contraditório e a ampla defesa.

**47.** Em relação ao tema citação direito processual penal:

a) Se o réu estiver preso será citado na pessoa de seu defensor.

b) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

c) Estando o acusado no estrangeiro, em local sabido, será citado mediante carta precatória.

d) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por oficial de justiça.

e) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, será citado por edital, com prazo de 15 dias.

**48.** No que tange à disciplina dos recursos no Direito Processual Penal, julgue os itens abaixo.

a) É permitido ao Ministério Público, em razão de sua independência funcional, ou se convencer do acerto da decisão proferida, desistir de recurso que haja interposto.

b) Tendo em vista o princípio da ampla defesa, é plenamente admissível recurso da parte, ainda que não tenha interesse na reforma ou na modificação da decisão.

c) As apelações poderão ser interpostas quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele.

d) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que receber a denúncia ou a queixa.

e) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus aproveitará a todos, ainda que fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal.

**49.** A Lei nº 12.403/2011 inseriu no ordenamento jurídico brasileiro as medidas cautelares diversas da prisão. Assinale qual a alternativa correta a respeito desse instituto.

a) A audiência de custódia ainda não está regulamentada por lei no Brasil. A concretude desse instituto se deu em razão da previsão na Convenção Americana de Direitos Humanos e por ato normativo do CNJ.

b) A audiência de custódia não é compreendida como um direito humano nos estatutos internacionais.

c) Para o STJ a alegação de nulidade da prisão em flagrante em razão da não realização de audiência de custódia no prazo legal não fica superada com a conversão do flagrante em prisão preventiva.

d) A audiência de custódia está devidamente regulamentada, na lei 12.850/13, no Brasil.

e) Na audiência de custódia é obrigatória a presença e oitiva dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação.

**50.** A respeito do inquérito policial, marque a incorreta.

- a) É escrito.
- b) É público.
- c) É dispensável.
- d) Não possui contraditório e ampla defesa.
- e) É sigiloso.

**51.** Em relação ao processo penal:

- a) Expressamente previsto na Constituição Federal, o princípio do promotor natural garante a todo e qualquer indivíduo o direito de ser acusado por órgão imparcial do Estado, previamente designado por lei, vedada a indicação de acusador para atuar em casos específicos.
- b) De acordo com o CPP, a analogia equivale à norma penal incriminadora, protegida pela reserva legal, razão pela qual não pode ser usada contra o réu.
- c) No sistema inquisitivo, a confissão é considerada a rainha das provas e predominam nele procedimentos exclusivamente escritos.
- d) A interpretação extensiva é um processo de integração por meio do qual se aplica a uma determinada situação para a qual inexistia hipótese normativa própria um preceito que regula hipótese semelhante.
- e) No Estado democrático moderno não há espaço para a aplicação do princípio processual denominado favor rei, que contraria o jus libertatis do acusado.

**52.** No que pertine à inépcia da denúncia ou da queixa, é correto afirmar que:

- a) Ocorre quando, na denúncia/queixa, não há a identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos.

b) Quando faltar justa causa para o regular exercício da ação penal.

c) Acontece quando a inicial acusatória não contém o rol de testemunhas.

d) Tem cabimento quando ausente uma ou algumas das condições da ação penal.

e) A doutrina a entende como sinônimo de criptoimputação.

**53.** Em relação ao processo penal, é correto afirmar que:

- a) O interrogatório do acusado, por constituir exercício do direito de defesa, não pode ser por ele dispensado, sob pena de nulidade.
- b) É ilícita a prova de crime obtida por meio de interceptação telefônica judicialmente autorizada nos autos de inquérito policial destinado à apuração de outro crime.
- c) De acordo com a CF, a inviolabilidade do sigilo de correspondência e comunicações telefônicas poderá ser quebrada por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) A lei é fonte imediata do processo penal, e, dado o princípio da reserva legal, aos estados-membros é vedado sobre ele legislar.
- e) A garantia de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória significa que mesmo quem for preso em flagrante cometendo homicídio será possuidor da presunção de inocência.

**54.** Antônio foi preso em flagrante sob a acusação da prática de tráfico de drogas. A polícia apreendeu seu telefone celular. O Delegado abriu o aplicativo *Whatsapp* no celular do suspeito e verificou que, nas conversas de Antônio, as mensagens comprovaram que ele realmente negociava drogas e assumia a prática crimes graves. As referidas mensagens foram transcritas pelo escrivão e juntadas ao inquérito policial, em forma de certidão. Nessa situação hipotética, de acordo com as regras de admissibilidade das provas no processo penal brasileiro, marque a alternativa CORRETA.

a) É necessária ordem judicial, tanto para a apreensão de telefone celular, como também para o acesso às mensagens de *whatsapp*.

b) Como se trata de procedimento preliminar investigatório, não é necessário a prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao *whatsapp* da pessoa que foi presa em flagrante delito.

c) É necessária prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao *whatsapp* da pessoa que foi presa em flagrante delito.

d) Tendo em vista que é dispensável ordem judicial para apreensão de telefone celular, também não é necessária autorização para o acesso as mensagens de *whatsapp*, visto que se trata de medida implícita à apreensão.

e) é necessário somente requisição do Ministério Público para o acesso às mensagens de *whatsapp*.

**55.** A Constituição Federal assegura, com exclusividade, ao tribunal do júri:

a) Soberania dos veredictos, competência para julgar crime contra a vida, contraditório e plenitude de defesa.

b) Sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para julgar crimes dolosos contra a vida e plenitude de defesa.

c) Competência para julgar crimes contra a vida, a exemplo do latrocínio, plenitude de defesa e soberania dos veredictos.

d) Mitigação da defesa e sigilo das votações.

e) Publicidade das votações e incomunicabilidade do conselho de sentença.

**56.** Gerson está respondendo a procedimento investigatório, conduzido por delegado de Polícia Civil. Em meio a investigação foi decretado sigilo do inquérito policial para assegurar as investigações. Nessa situação hipotética, marque a alternativa CORRETA:

a) O sigilo decretado no inquérito policial não impede que os meios de comunicações televisivas tenham acesso, tendo em vista a necessidade de se preservar a ordem pública.

b) O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial ainda que tenha sido decretado o seu sigilo.

c) O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial e ainda ter informações sobre os atos de investigação que ainda serão realizados.

d) O advogado somente terá acesso aos autos do inquérito policial se não for decretado o seu sigilo, caso em que terá que aguardar a instauração do processo judicial.

e) Nos crimes hediondos o advogado do indiciado não terá acesso aos autos para assegurar a proteção das investigações.

**57.** O recurso de apelação:

a) Possibilita um juízo de retratação pelo em juiz em até 48 horas.

b) É cabível em face da decisão que pronunciar o réu.

c) É cabível na execução penal em face da decisão que nega a progressão de regime.

d) É cabível em face de decisão do Tribunal do Júri quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos.

e) Deve ser interposta no prazo de 15 dias, com prazo em dobro para a Defensoria Pública.

**58.** Conforme a legislação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, compete à justiça:

a) federal processar e julgar os crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.

b) federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal. <sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

c) comum estadual processar e julgar crime em que indígena figure como autor ou vítima. <sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

d) federal processar e julgar contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades. <sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

e) federal processar e julgar as causas cíveis em que seja parte sociedade de economia mista e os crimes praticados contra esse tipo de sociedade.

59. O habeas corpus é o instrumento jurídico correto para

- a) impugnar ato monocrático de ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) trancar ação de impeachment.
- c) discutir a legalidade de medida protetiva de vítima de violência doméstica.
- d) discutir o direito de ir e vir, desde que o habeas corpus seja patrocinado por advogado constituído.
- e) discutir o direito de visita a presidiários.

60. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- a) em todos os casos, proceder ao exame de corpo de delito.
- b) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- c) prender o réu e proceder a identificação criminal.
- d) proceder a busca domiciliar independentemente de autorização judicial.
- e) determinar que o investigador de polícia se dirija ao local do crime e recolha todas as informações e provas, preservando o local até a chegada dos peritos.

### **LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

**Fernando Bezerra**

61. Em relação à Lei das Contravenções Penais (Lei n. 3.688/41), apresentam conduta própria de contravenção penal:

- 1. Inumar ou exumar cadáver.
- 2. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.
- 3. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.
- 4. Participar de associação de mais de cinco pessoas, que se reúnam periodicamente, sob

compromisso de ocultar à autoridade a existência, objetivo, organização ou administração da associação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

62. Em relação a Lei de Drogas (Lei 11.343/06), assinale a assertiva correta.

- a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, dentre outras, a pena de prestação pecuniária.
- b) Ao indivíduo condenado pela infração penal prevista no art. 28, deverá a autoridade judicial aplicar isoladamente, as penas de advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- c) A internação involuntária de indivíduos dependentes de drogas poderá ser requerida a pedido de servidor público da área de saúde, desde que na absoluta falta de familiar ou responsável legal.
- d) Aquele que oferecer droga a pessoa de seu relacionamento, eventualmente e sem objetivo de lucro, para juntos consumirem, ficará sujeito às mesmas penas imputadas àquele que adquirir, guardar, tiver em depósito e transportar drogas para consumo próprio.
- e) A internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável;

**63.** Acerca dos atos processuais e os Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), julgue os itens abaixo.

1. Nos Juizados Especiais Criminais os atos processuais serão sigilosos e poderão realizar-se apenas em horário diurno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

2. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a desnecessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, por conta dos critérios da simplicidade e informalidade que regem o Juizado Especial.

3. Caso o acusado não seja encontrado para ser citado, as peças existentes permanecerão no Juizado Especial Criminal, mas ficarão suspensas até que o indivíduo seja localizado.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

**64.** Quanto às regras previstas na Lei 8.072/90 e Lei 13.964/19, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de roubo é hediondo em todas as suas modalidades;
- b) O crime de roubo só admite hediondez quando perpetrado na modalidade latrocínio;
- c) O pacote anticrime (Lei 13.964/19) não operou modificações quanto à incidência de hediondez às modalidades do crime de roubo;
- d) O crime de roubo somente será considerado hediondo quando qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**65.** Julgue os itens a seguir:

1. O roubo mereceu atenção especial do legislador penal na elaboração das novas regras advindas do pacote anticrime, uma vez que omissões históricas quanto à incidência da hediondez a este delito foram corrigidas;

2. O roubo continua hediondo apenas na modalidade latrocínio mesmo após as novas regras do pacote anticrime (Lei 13.964/19);

3. Dentre outras hipóteses, será considerado hediondo o crime de roubo quando circunstanciado pelo emprego de qualquer arma de fogo.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

**66.** Acerca da Lei n. 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correspondente à verdadeira.

- a) Existem tipos penais culposos na lei de abuso de autoridade.
- b) Os tipos penais de abuso de autoridade são configurados pela prática da conduta descrita na norma legal sem a necessidade de qualquer finalidade especial de agir.
- c) O crime de abuso de autoridade pode se configurar caso ocorra retificação por instância revisora de posicionamento adotado por órgão jurisdicional inferior.
- d) O sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade restringe-se apenas ao Estado, não acolhendo o cidadão.
- e) O bem jurídico tutelado pelas figuras típicas de abuso de autoridade manifestam dupla abrangência, pois ao mesmo tempo protegem as garantias e direitos dos cidadãos e a própria regularidade da prestação dos serviços públicos.



**67.** Em relação à Lei n. 9.613/98, conhecida como Lei de Lavagem de Dinheiro, julgue os itens abaixo.

1. A configuração do crime de lavagem de dinheiro prescinde da indicação da autoria do delito antecedente;
2. O próprio crime de lavagem pode figurar como infração penal antecedente, mas será essencial neste caso que restem revelados indícios suficientes da perpetração de alguma outra infração penal diversa da qual tenha derivado a primeira conduta de dissimulação da origem ilícita de recursos;
3. Segundo o STJ, a denúncia do crime de lavagem de dinheiro pode vir desacompanhada de prova efetiva do delito antecedente desde que traga elementos indiciários suficientes de probabilidade da ocorrência de infração penal da qual decorreram os recursos objeto das ações de dissimulação;

Assinale a sequência correta.

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, V, F.
- d) F, F, F.
- e) V, V, F.

**68.** Em relação a Lei de Tortura (Lei 9.455/97), analise as afirmativas a seguir.

1. Todas as modalidades do crime de tortura exigem finalidade especial de agir.
2. A tortura-prova exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o sujeito passivo.
3. É majorante do crime de tortura ser praticado mediante sequestro, apresentando aumento a pena de 1/6 (um sexto) até 1/3 (um terço).
4. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia e imprescritível.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as alternativas 1 e 3 são verdadeiras.
  - b) Somente as alternativas 1 e 4 são verdadeiras.
  - c) Somente a alternativa 3 é verdadeira.
- 

d) Somente as alternativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

e) Todas as alternativas são verdadeiras.

**69.** Em relação ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), julgue os itens.

1. São todos apenados com reclusão.
2. São apurados mediante ação penal pública incondicionada.
3. Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

**70.** Em relação a identificação criminal regulada pela Lei 12.037/09, julgue os itens abaixo.

( ) O civilmente identificado nunca será submetido a identificação criminal.

( ) A identificação civil é atestada por qualquer dos documentos previstos no art. 2º, exceto a carteira de trabalho.

( ) Os documentos de identificação civil equiparam-se aos documentos de identificação militar.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, V.
  - b) F, V, F.
  - c) V, F, F.
  - d) V, F, V.
  - e) F, F, F.
-

**71.** De acordo com a Lei n. 11.343/2006, em relação ao comportamento previsto no art. 28, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de descumprimento injustificado, prevê a conversão da pena de prestação de serviços à comunidade em pena de detenção;
- b) Teve a conduta descriminalizada;
- c) O crime continua previsto, apesar da punição ter sido atenuada;
- d) Houve abolitio criminis;
- e) A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, devido ao agravamento da punição da conduta.

**72.** Acerca da Lei de Crimes Hediondos e o crime de homicídio, julgue os itens abaixo.

- a) homicídio simples para ser considerado hediondo exige que seja praticado por um grupo de extermínio.
- b) não é possível que um crime de homicídio simples cometido por uma só pessoa seja considerado hediondo ainda que praticado em atividade típica de grupo extermínio.
- c) o homicídio qualificado só pode ser considerado hediondo desde que praticado em atividade típica de grupo de extermínio.
- d) o homicídio privilegiado caso combinado com determinadas circunstâncias qualificadoras de ordem objetiva pode ser considerado hediondo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**73.** Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas, EXCETO:

- a) Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- b) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- c) Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.

d) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

e) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

**74.** São crimes eleitorais presentes na Lei 4.737/65, EXCETO:

- a) Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado.
- b) Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro.
- c) Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.
- d) Impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio.
- e) Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais.

**75.** De acordo com a Lei n. 7.210/84, compete ao Juiz da execução:

1. aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;
  2. declarar extinta a punibilidade;
  3. autorizar saídas temporárias;
  4. requerer todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;
- Assinale a alternativa correta.
- a) Somente 1 e 2 são verdadeiras.
  - b) Somente 3 e 4 são verdadeiras.
  - c) Somente 1, 2 e 3 são verdadeiras.
  - d) Somente 2, 3 e 4 são verdadeiras.
  - e) Somente 2 e 3 são verdadeiras.

**CRIMINOLOGIA****Beatriz Pestilli**

**76.** Considerando a importância da etiologia criminal nos estudos criminológicos atuais e a vinculação existente entre as causas do crime e as teorias macrosociológicas que visam explicar e prevenir o fenômeno criminal, julgue as afirmações abaixo:

I. Não é possível verificar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Teoria do Labelling Approach, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de ser rotulado como criminoso.

II. Não é possível verificar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Teoria da Subcultura Delinquente, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de pertencer a uma gangue criminoso.

III. Não é possível comprovar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Teoria da Anomia, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de desrespeitar de forma constante as regras sociais.

IV. Não é possível comprovar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Escola de Chicago, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de ser criminoso independentemente de residir em áreas de grandes centros urbanos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a alternativa IV é verdadeira.
- b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras.
- e) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.

**77.** Considerando as teorias criminológicas modernas, julgue as afirmações abaixo:

I. A Teoria dos Instintos se baseia na Psicanálise Freudiana para explicar o comportamento

criminoso como resultado do sentimento de culpa internalizado.

II. A Teoria dos Instintos se baseia na ideia da autojustificativa do criminoso, que busca explicar seu comportamento indevido por meio de um procedimento racional de atribuição da culpa ao outro.

III. A Teoria da Associação Diferencial entende que o comportamento criminoso pode ser aprendido por um processo de identificação, em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após se identificar com personagens violentos da ficção.

IV. A Teoria da Identificação Diferencial entende que o comportamento criminoso pode ser aprendido por um processo de interação social, em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após vivenciá-la no processo social.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa I é verdadeira.
- d) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

**78.** Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente a alternativa I é verdadeira.

**79.** Sobre as fases da Escola Positiva da Criminologia e seus respectivos autores, considere as afirmações abaixo:

I. O Positivismo Sociológico tem como principal autor Cesare Lombroso, considerado o Pai da Vitimologia.

II. Cesare Lombroso defendeu o determinismo biológico, possível de ser verificado por meio da identificação de características fisionômicas, no chamado Positivismo Antropológico.

III. O Positivismo Jurídico tem como principal autor Enrico Ferri, considerado o Pai da Sociologia Criminal.

IV. Enrico Ferri defendeu o determino sociológico no chamado Positivismo Sociológico, acreditando que os fatores sociais exerciam maior importância para determinar o comportamento criminoso, apesar de confirmar a existência de fatores biológicos, propostos por Lombroso.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa III é verdadeira.
- d) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

**80.** Em relação aos objetos de estudo da Criminologia, considere as afirmações abaixo:

I. Controle social corresponde ao conjunto de meios, estratégias e instituições que visa punir os criminosos.

II. Vítima é o sujeito capaz de influir significativamente no fato delitivo e no processo de vitimização.

III. Crime pode ser entendido como um fenômeno social e comunitário.

IV. O indivíduo criminoso pode ser entendido como uma unidade biopsicossocial.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.
- d) As alternativas I, II e III são verdadeiras.
- e) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

## DIREITO CIVIL

Lhais Hamid

**81.** Para que um negócio jurídico se repute válido, requer-se que o agente seja capaz, o objeto seja lícito, possível, determinado ou determinável e seja realizado na forma prescrita em lei. Nesse sentido, o negócio jurídico será nulo exceto quando:

- a) por incapacidade relativa do agente.
- b) por vício resultante de lesão.
- c) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- d) por desacordo das partes.
- e) por estado de perigo.

**82.** No que tange à prova:

- a) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- b) Em nenhuma hipótese admitir-se-á depoimento de menores de dezesseis anos.
- c) Não tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
- d) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova relativa da autenticidade.
- e) O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor, bem como operam-se seus efeitos imediatamente em relação a terceiros.

83. Sobre a posse, assinale a incorreta:

- a) a coisa pode ser indivisível.
- b) detentor é aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- c) possuidor é todo aquele que não tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- d) possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- e) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, e, ainda, por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

84. Na celebração de um negócio jurídico bilateral, uma das partes, intencionalmente, silenciou a respeito de fato que a outra parte ignorou e que, se fosse conhecido, não se teria celebrado o negócio jurídico. Constatou no instrumento contratual cláusula que as partes renunciaram ao prazo para pleitear a anulação do negócio por vício do consentimento.

Pode-se corretamente afirmar, em relação à cláusula de renúncia, que:

- a) é anulável a renúncia ao prazo decadencial previsto em lei
- b) em regra, não aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- c) prescreve em quatro anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- d) a decadência prevista em lei deve ser alegada na primeira oportunidade que falar nos autos, sob pena de preclusão.
- e) se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição e o juiz pode suprir a alegação.

85. Nos termos da atual jurisprudência, os incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos a outrem, terão responsabilidade

- a) subsidiária, incondicional, mitigada e imparcial.
- b) solidária, condicional, agravada e imparcial.
- c) subsidiária, condicional, mitigada e equitativa.
- d) solidária, condicional, mitigada e equitativa.
- e) solidária, incondicional, agravada e equitativa.

## DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

86. Os fundamentos são as bases e premissas sobre as quais os Direitos Humanos encontram suas razões. Considerando a doutrina dominante, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o pensamento filosófico predominante, haverá uma filiação a uma ou outra fundamentação, sendo descabido afirmar a impossibilidade de estabelecer os fundamentos dos direitos humanos.
- b) O fundamento moral dos direitos humanos está em normas anteriores e superiores ao direito estatal posto, decorrente de um conjunto de ideias de origem divina ou fruto da natureza humana.
- c) Para os adeptos do fundamento racional dos direitos humanos, estes não aferem sua validade em normas positivadas, mas extraem validade diretamente de valores da coletividade humana.
- d) Para os positivistas, em linha oposta ao jusnaturalismo, o fundamento dos direitos humanos consiste na existência a lei positiva, justificando-se graças à sua validade formal.
- e) A corrente jusnaturalista sustenta uma visão laica dos direitos humanos, não vinculada à religião, mas à razão humana, que distingue o homem dos demais seres, sendo profundamente influenciada pelo pensamento iluminista.



**87.** Os direitos humanos são dotados de historicidade, ou seja, decorrem de um processo de formação histórica, de modo que surgem e se solidificam em razão das lutas da sociedade. Sobre a afirmação histórica dos direitos humanos, pode-se afirmar corretamente:

- a) Os direitos humanos ganharam grande destaque no cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial, embora já existissem sinais de sua proteção nesse âmbito.
- b) Os direitos humanos só passaram a ser verdadeiramente reconhecidos com a sua positivação nas cartas constitucionais dos Estados.
- c) Não existem registros de manifestações de direitos humanos anteriores à Idade Média e à formação do Estado Absolutista.
- d) A Democracia Ateniense e a República Romana encontraram limitações ao poder político em razão da subordinação dos governantes à lei divina.
- e) Durante o Reino Davídico, os governantes estavam submetidos ao império da lei e a participação popular era intensa no processo político.

**88.** Em dezembro de 1984, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. A Convenção entrou em vigor no Brasil apenas em 1989 e estabelece que:

- a) Os Estados deverão tomar medidas de caráter legislativo e judicial, vedadas as administrativas, a fim de impedir a prática de atos de tortura em seus territórios.
- b) Excepcionalmente poderão ser invocadas circunstâncias que justifiquem a tortura, a exemplo do estado de guerra e das instabilidades políticas internas.
- c) Os atos de tortura deverão ser considerados crimes quando esta for efetivamente consumada, na modalidade tentada ou quando houver cumplicidade ou participação.
- d) Em virtude do devido cumprimento à ordem de superior hierárquico, esta poderá ser invocada como justificação para a tortura.

e) Em respeito à soberania dos Estados, poderá ser realizada a expulsão, devolução ou extradição do indivíduo, ainda quando restarem razões substanciais para crer que este corre perigo de ser submetido à tortura.

**89.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948, representa um marco na história dos direitos humanos ao estabelecer, pela primeira vez, a proteção universal de tais direitos. Com base na DUDH, assinale a alternativa correta sobre os direitos assegurados:

- a) A Declaração, em seu preâmbulo, apresenta a inerência dos direitos humanos, a sua essencialidade, mas não apresenta tais direitos como relevantes para o desenvolvimento de relações entre Estados.
- b) A DUDH prima pelo reconhecimento da igualdade entre todos os seres humanos, inclusive vedando que sejam feitas distinções fundadas na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença.
- c) Para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, rompendo com a corrente jusnaturalista, não há que se falar em direitos humanos inatos.
- d) Estão previstos expressamente o Princípio da Legalidade, da Intranscendência da Pena e da Irretroatividade da Lei Penal.
- e) A DUDH assegura a proteção à vida privada, à família, à honra e à reputação, mas nada dispõe sobre a inviolabilidade de correspondência e dados.

**90.** Sobre o processo de incorporação dos tratados internacionais à ordem jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos que não gerem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional não precisam ser aprovados pelo Parlamento, assim como os tratados internacionais de direitos humanos.
- b) Após a aprovação pelo Congresso Nacional, os tratados internacionais já estão aptos a produzir seus efeitos e gerar obrigações.

c) O Brasil adota a Tese Dualista, de modo que somente com a promulgação do tratado internacional na ordem interna é possível falar em vinculação.

d) Após a ratificação e o depósito do tratado internacional, este vinculará o Estado e produzirá efeitos na ordem interna.

e) Embora existam duas teses para explicar a vinculação dos tratados internacionais, entende-se que o Brasil não adota nem a tese monista, nem a tese dualista.

## INFORMÁTICA

Ranielison dos Passos

**91.** Sobre o aplicativo libreoffice Writer e suas funcionalidades, marque a alternativa correta.

a) Esse editor de texto tem a desvantagem de não permitir a gravação de dados em formatos comerciais, tal como o PDF.

b) O recurso "Nota de Rodapé" possibilita a criação de uma nota ao final do texto que está sendo editado.

c) Para se criar um recuo à esquerda no trecho de um texto, é possível através da opção Parágrafo, localizada no menu Formatar.

d) Clicando-se duas vezes, sequencialmente, e uma letra do texto todo o parágrafo será selecionado.

e) Por padrão, os arquivos salvos no aplicativo terão a extensão .OPT.

**92.** No OpenOffice Calc, considere que as células A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2, C3 da planilha estão preenchidas, respectivamente, com os seguintes valores inteiros: 8, 9, 5, 2, 8, 4, 3, 7, 6. Ao se digitar a fórmula =MÍNIMO(A1:C3; 1) em uma célula, o resultado será:

a) 2

b) 15

c) 4

d) 1

e) 6

**93.** São componentes de um computador que pode, ser classificados como dispositivo periférico de entrada e saída (misto):

a) Mouses.

b) Teclados.

c) Scanners.

d) WebCam.

e) Discos magnéticos.

**94.** O comando **pwd** no Linux permite:

a) trocar a senha do usuário.

b) analisar o estado de uma impressora.

c) enviar mensagem pela rede.

d) descobrir qual é o diretório atual.

e) visualizar um arquivo texto.

**95.** As redes intranets são estruturadas de maneira que as organizações possam operar suas informações internas de forma segura, não pública. Para isso:

a) os usuários da rede necessitam de autenticação, ou seja, de fornecimento de nome de login e senha.

b) os usuários precisam utilizar computadores de mesa, os desktops, pois notebook e smartphone, por exemplo, não podem se conectar a uma rede interna.

c) os funcionários comuns não podem acessar essa rede, apenas os diretores e sócios da organização terão acesso aos dados internos.

d) os usuários precisam estar necessariamente dentro do ambiente da empresa, já que não é possível acessar os dados de forma externa.

e) os usuários deverão concentrar sua atenção nas atividades da empresa, pois não é possível acessar a internet através de uma rede intranet.

**MEDICINA LEGAL**

Paulo Bilyskyj

96. São drogas psicoanlépticas e psicodislépticas respectivamente:

- a) Merla e LSD.
- b) Crack e oxi.
- c) Heroína e maconha.
- d) Haxixe e morfina.
- e) Ecstasy e Cocaína.

97. Ao tratarmos dos fenômenos transformativos conservadores, o único que **NÃO** citamos é a:

- a) Saponificação.
- b) Corificação.
- c) Maceração.
- d) Calcificação.
- e) Mumificação.

98. Tanto o calor como o frio podem lesar o organismo, seja de forma difusa, seja de forma localizada. A partir dessa afirmação, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca das lesões causadas pelo calor:

- a) Nas queimaduras de terceiro grau podemos observar o Sinal de Devergie.
- b) O Sinal de Montalti é decorrência da aspiração de fuligem.
- c) O Sinal de Christinson é encontrado nas queimaduras de primeiro grau.
- d) Sinéquia é a cicatriz gerada pela retração da pele queimada.
- e) O Sinal de Chambert está presente nas queimaduras de segundo grau.

99. O transtorno sexual chamado de DOLISMO está presente quando há um desejo sexual por:

- a) cadáveres.
- b) estátuas.
- c) crianças.
- d) bonecas.
- e) animais.

100. Quando duas lesões cortantes se sobrepõem, podemos identificar a ordem que ocorreram devido ao/à:

- a) Sinal de Bonnet.
- b) Sinal de Thoinot.
- c) Sinal de Nysten.
- d) Lei de Langer.
- e) Sinal de Chavigny.

# Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCPR-Delegado-26-07>

## Conheça nosso sistema de questões!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



## Conheça nossos cursos

[Cursos para Delegado da PCPR](#)